*Revista ClimaCom*, Esse lugar, que não é meu? | jornalismo – notícia | ano 9, no. 21, 2022

**Terras indígenas, unidades de conservação, clima e futuro estão entrelaçados**

Pesquisas demonstram que as áreas de proteção ambiental - terras indígenas e unidades de conservação - são importantes para restabelecer os serviços ecossistêmicos e proteger a biodiversidade. Entre esses serviços estão: a redução de emissões de gases de efeito estufa e o aumento do sequestro de carbono.

Por | Gláucia Pérez

Editora | Susana Oliveira Dias

As áreas de proteção, como as unidades de conservação (UC) e as terras indígenas (TI), desempenham um papel fundamental na preservação ambiental. O artigo "Protected areas in Brazil: evolution, land use and cover, and impact on emissions inventory" da pesquisadora Mercedes Bustamante do INCT mudanças climáticas fase 2, subcomponente "Impactos nos ecossistemas brasileiros frente às mudanças do uso da terra e à biodiversidade", nos diz que a criação dessas áreas é importante para restabelecer os serviços ecossistêmicos e proteger a biodiversidade.

Isso porque o sequestro de carbono das áreas de proteção resulta em uma diminuição das emissões líquidas de gases de efeito estufa no país. Segundo Mercedes, com o aumento da criação das áreas de proteção, há maior transformação de $CO_2$ em biomassa de carbono, por meio da fotossíntese, gerando impacto na diminuição das emissões de gás de efeito estufa a nível nacional e internacional.

O estudo da pesquisadora nesse artigo também foi considerado na 2ª Conferência Fapesp 60 anos, "Mudanças Climáticas e Biodiversidade – Os Avanços da Ciência", que aconteceu no dia 21 de julho de 2021. Aqui a pesquisadora Mercedes nos lembrou que "clima e biodiversidade estão fortemente interligados entre si e com o futuro da humanidade". O clima afeta várias das metas dos objetivos do desenvolvimento sustentável – ODS, entre elas o colapso dos ecossistemas e a perda da biodiversidade.

A pesquisa realizada por Mercedes está alinhada com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) número 13, que diz respeito à ação contra as mudanças climáticas globais, que faz parte da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável.

Para garantir a existência e a eficácia das áreas de proteção Mercedes ressalta que os governos precisam adotar metas mais fortes para reduzir esses impactos até o ano de 2030. Na próxima década, que a ONU chama da década da ação, serão necessárias ações mais drásticas e ambiciosas de implementação de novas áreas de proteção. Outro setor importante para o desenvolvimento sustentável são as mudanças no uso da terra e das florestas, pois é "um dos vetores que provoca perda significativa na biodiversidade", por isso que essas mudanças têm que estar conectadas com a segurança hídrica e alimentar, conservação da biodiversidade, serviços ecossistêmicos, e os nossos meios de vida.

A pesquisadora nos diz: "As soluções vão ter que ser construídas com as diferentes contribuições, com os diferentes meios de análise. Precisamos estar abertos a toda e qualquer forma de conhecimento, porque o conhecimento tradicional tem muito a agregar, e ao mesmo tempo estarmos atentos a capacidade de comunicar e dialogar".

**Crise da biodiversidade**

Participou ainda da conferência da Fapesp o professor Carlos Joly do Instituto de Biologia da Unicamp. Joly disse que já há o entendimento que estamos a caminho ou entrando em uma sexta extinção em massa. E enfatizou "a crise da biodiversidade está em um limite muito perigoso e delicado".

O professor colocou algumas ações que já acontecem para proteger a biodiversidade: criação das unidades de conservação protegendo áreas específicas e importantes para flora e fauna; eventos organizados pelas Nações Unidas que gerenciam as reservas da biosfera; listas vermelhas com as espécies ameaçadas de extinção e planos de ação para conservação; e a criação de acordos internacionais para a proteção da biodiversidade.

Ratificou ainda que se não mudarmos o uso dos recursos naturais a tendência é que até o final deste século teremos um milhão de espécies extintas. Completou: “não vamos recuperar as espécies que estão sendo extintas hoje, precisamos reverter a taxa de extinção antes que os serviços ecossistêmicos essenciais para a sobrevivência sejam definitivamente comprometidos”.

Um outro tema abordado no webinar foi “Os avanços na ciência nas mudanças climáticas e suas implicações para a política de mitigação e adaptação”, pelo pesquisador Paulo Artaxo do INCT mudanças climáticas fase 2, subcomponente Impactos nos ecossistemas brasileiros frente às mudanças do uso da terra e à biodiversidade. Logo de início disse que as atividades humanas estão mudando a composição da atmosfera e o balanço de energia do nosso planeta.

Informou que a ciência das mudanças climáticas é sólida, e que instituições como o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas - IPCC, e a Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos - IPBES, entre outras, fazem relatórios enfáticos e extensos sobre o estado atual da ciência e das mudanças climáticas. E que a Fapesp apoia esse movimento através do programa “Fapesp de Mudanças Climáticas” que visa entender os processos básicos por trás das alterações climáticas, os seus impactos, e maneiras de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

O pesquisador mostrou ainda situações que enfrentamos em relação ao clima tanto em eventos globais como no país, em particular na Amazônia, e completou: “a Amazônia pode ser parte da solução para as mudanças climáticas, essa região é crítica na manutenção do clima do nosso planeta, e um componente chave do sistema climático terrestre”.

*Gláucia Pérez é bolsista TT Fapesp no projeto INCT-Mudanças Climáticas Fase 2 financiado pelo CNPq projeto 465501/2014-1, FAPESP projeto 2014/50848-9 e CAPES projeto 16/2014, sob orientação de Susana Oliveira Dias.*

**Coletivo e grupo de Pesquisa |** multiTÃO: prolifer-artes sub-vertendo ciências, educações e comunicações (CNPq)

**Projetos |** Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Mudanças Climáticas (INCT-MC) – (Chamada MCTI/CNPq/Capes/FAPs nº 16/2014/Processo Fapesp: 2014/50848-9); Revista ClimaCom: http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/ e Revista ClimaCom.